



AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 005/SUPECOL/PMJP/RO/2024

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1666/2024 – SEMUSA

OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa destinados a Central de Regulação de Urgência - CRU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Centro de Referência Especializado de Atenção materno Infantil - CREAMI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26/04/2024 às 09:30hsmín (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

Itens destinados à Participação Exclusiva de ME/EPP/EQUIPARADAS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 25.560,00 (Doze mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

FONTE DE RECURSOS:

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

020704 BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10 302 0004 2100 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC).

3.3.90.39.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Ficha 544

LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO LICITADO:

Conforme estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I do Edital**

GARANTIA, FISCALIZAÇÃO E EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

Conforme estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I do Edital**

FORMA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES:

Conforme estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I do Edital**

EDITAL:

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
SUPECOL



SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: *supecoljipa@gmail.com*.

Ji-Paraná/RO, 22 de abril de 2024.

Eliane Teresinha Bassani
Agente de contratação/Pregoeira
Decreto n. 2902/2024



DISPENSA ELETRÔNICA N. 005/SUPECOL/PMJP/RO/2024

PARTICIPAÇÃO: EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

O Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, por seu agente de contratação, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 2902/2024**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 0669/23, Lei Complementar nº 123/2006, mediante as condições estabelecidas neste Aviso, do tipo “Menor Preço”. Em sessão única, desde que atendidas as especificações técnicas constantes do presente instrumento e demais documentos pertinentes à presente dispensa de licitação poderão ser examinados no endereço: www.gov.br/compras/pt-br/ e www.ji-parana.ro.gov.br

DATA DA SESSÃO: 26/04/2024;

LOCAL: Portal de Compras Públicas: www.gov.br/compras/pt-br/,

As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico:

De 23/04/2024 as 09h30min (horário de Brasília)

Até 25/04/2024 às 14h30min (horário de Brasília)

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES:

26/04/2024 as 08h30min às 14h30min (horário de Brasília)

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa destinados a Central de Regulação de Urgência - CRU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Centro de Referência Especializado de Atenção materno Infantil - CREAMI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste aviso de contratação direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. A justificativa para este certame, estão estabelecidas no **Termo de Referência e seus Anexos – Anexo I deste Edital**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

3.1. A participação no presente certame **dispensa eletrônica** se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no **Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica**, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

3.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2. IMPEDIDOS DE PARTICIPAR:

4.2.1. Não poderão disputar desta dispensa de licitação;

4.2.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.2.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.9. Agente público do órgão ou entidade licitante.

5. DA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma do item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.8.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.8.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;

5.8.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.8.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.8.5. que não emprega menor de 18 anos



em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6. FASE DE LANCES:

6.1. A Abertura da licitação se dará às 8hs30min (horário de Brasília), do dia 26/04/2024, no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br/> a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado as 14hs30 min (Horário de Brasília).

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. **6.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.2.2. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.2.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

3.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação

6.7. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

7.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

7.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

7.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:



- 7.5.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 7.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 7.6.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.6.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 7.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

8. DA HABILITAÇÃO:

- 8.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 8.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a.** SICAF
- b.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 8.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.2.2.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 8.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3 Regularidade Fiscal: Quanto à regularidade fiscal, será exigida da proponente que apresentar a proposta melhor classificada, a apresentação dos seguintes documentos:



- I.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
- II.** prova de regularidade perante a Seguridade Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III.** certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV.** prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente;
- V.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VI.** Caso a proponente não esteja habilitada na(s) linha(s) de fornecimento compatível(veis) com o(s) objeto(s), deverá anexar, o Estatuto ou Contrato social em vigor acompanhado da(s) última(s) alteração(ões) ou a última alteração consolidada, para análise do objeto social quanto à compatibilidade em relação ao(s) objeto(s);
- VII.** A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativa.

8.4. Qualificação Técnica, a proponente que apresentar a proposta melhor classificada, deverá apresentar atestado (s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s), de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de bens, de forma satisfatória, e de natureza pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do Termo de Referência.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.5.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada

8.5.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

8.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

8.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.5.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

9.1. As propostas comerciais deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, demais documentos e formalidades exigidas neste aviso de dispensa e deverá conter, no mínimo:

9.1.1. Dados do fornecedor: razão social, nº do CNPJ, endereço, telefone, e-mail, e outros meios de comunicação da licitante;

9.1.2. Dados bancários: banco, agência, conta corrente;

9.1.3. Dados do Representante legal: nome, carteira de identidade e CPF dos responsáveis pela assinatura do contrato, acompanhado de instrumento de procuração, se for o caso;

9.1.4. Dados do processo: modalidade e número;

9.1.5. Dados do objeto: descrição clara, detalhada e completa do objeto, conforme especificação do termo de referência e seus anexos;

9.1.6. Dados do preço: valor global, em moeda nacional, discriminando o valor unitário de cada item, e total do objeto ofertado, em algarismo e por extenso, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

9.1.7. Condições e prazos de pagamento, conforme disposto neste aviso;

9.1.8. Informar o prazo de garantia do objeto;

9.1.9. Validade de 60 (sessenta) dias para Proposta, contados a partir da data de sua apresentação formal nesta dispensa eletrônica.



10. DA CONTRATAÇÃO:

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente. A entrega dos bens será imediata e na totalidade dos 05 (cinco) equipamentos.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que: 10.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta;

10.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei. 12.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA:

11.1. Os prazos máximos para a entrega dos itens constantes do objeto estarão previstos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

11.2. **Do Recebimento** - os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

11.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

11.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade dos itens e consequente aceitação; 14.2. Os itens deverão ser novos, sem uso anterior e compatíveis com as especificações técnicas neste aviso;

11.3. Encontrando irregularidades, os itens deverão ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos. Aprovados, serão recebidos definitivamente, mediante ateste apostado na Nota Fiscal respectiva;

11.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o item do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12. DAS AMOSTRAS:

12.1. Não se aplica, o produto deverá ser fornecido de acordo com as especificações contidas neste aviso de dispensa.

13. DO MECANISMO DE PAGAMENTO:

13.1 em até 30 (trinta) dias corridos, contados do adimplemento da obrigação. Considera-se adimplida a obrigação a entrega do objeto com seu aceite definitivo pela CONTRATANTE.

13.2. Os itens deverão ser entregues mediante apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as especificações deste aviso.

13.3. A CONTRATADA deverá entregar a Nota Fiscal e fazer constar no mínimo, o número do Processo Administrativo, do instrumento contratual e da Nota de Empenho, descrição dos itens, dados bancários, preço unitário e o valor total da nota.

13.4. Não sendo observadas as condições dos itens desta Cláusula, o atraso no pagamento será imputado à CONTRATADA, não decorrendo disso quaisquer ônus para a CONTRATANTE. 13.5. Se o documento de cobrança apresentar incorreções, será devolvido à CONTRATADA e a contagem do prazo para o pagamento previsto no caput reiniciará a partir da data da reapresentação do documento corrigido e certificado pelo Fiscal.

13.6. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, quando couber, à retenção de tributos na fonte nos termos da lei.



13.7. No caso de haver retenção, a CONTRATADA discriminará individualmente na Nota Fiscal, o percentual e o valor do(s) tributo(s) a ser(em) retido(s).

13.8. A CONTRATADA deverá observar, quando da emissão da nota fiscal, a natureza dos bens e as tributações inerentes a cada um deles.

14. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

14.1. Além das responsabilidades constantes neste aviso e na legislação vigente, compete à CONTRATANTE:

14.1.1. Cumprir as obrigações dentro dos prazos assinalados;

14.1.2. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens objetos deste termo em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.1.3. Responder pela correção e qualidade dos itens nos termos da proposta apresentada, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

14.1.4. Pagar todos os encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste aviso;

14.1.5. Entregar o objeto, responsabilizando-se inclusive pelo transporte de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento;

14.1.6. Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, relacionados ao objeto;

14.1.7. Entregar o objeto com qualidade, lealdade aos instrumentos jurídicos e com boa fé.

15. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

15.1. Além das responsabilidades constantes neste termo de referência e na legislação vigente, compete à CONTRATANTE:

15.1.1. Proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e aos documentos necessários às especificações do objeto.

15.1.2. Fiscalizar e avaliar a execução do instrumento contratual, por meio do fiscal designado; 8.1.3. Realizar o recebimento do objeto, quando ele estiver conforme;

15.1.4. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste termo de referência;

15.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades ocorridas no recebimento do(s) item(ns) adquirido(s), sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual.

16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

16.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitido a Nota de Empenho;

16.1.1. Conforme preceitua o art. 95, inciso I e II da Lei 14.133/2021, será substituído o contrato por instrumento hábil: nota de empenho, por se tratar de dispensa em razão do valor, compra com entrega imediata e integral do bem e, ainda, não resultará em obrigações futura.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para receber o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

17. DA GARANTIA LEGAL E GARANTIA CONTRATUAL GARANTIA, FISCALIZAÇÃO E EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

17.1. Conforme estabelecido no **Termo de Referência – ANEXO I do Edital**

18. DO REAJUSTE:

18.1. Não se aplica por se tratar de aquisição de equipamentos com entrega total e imediata, cuja obrigação principal é a entrega dos bens no prazo estabelecido neste aviso de dispensa.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO:

19.1. Não será admitido subcontratação para presente o objeto.



20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

20.1. O Fiscal e Gestor do contrato serão designados oportunamente, mediante Portaria conforme previsto no **Decreto Municipal/2024**.

20.2. Todo o objeto será acompanhado pelo Fiscal do Contrato, que será responsável por verificar e fazer cumprir a execução do Objeto de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas e padrões de qualidade, desde o início até o recebimento definitivo, podendo, inclusive, questionar detalhes de execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os a análise e aprovação.

20.3. O Fiscal deverá analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução, recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades no contrato.

20.4. O FISCAL realizará a validação do objeto executado aceitos/aprovados e tomará todas as providências e ações necessárias ao bom andamento da execução do Objeto, submetendo todos os questionamentos/comunicando ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1. As despesas onerarão a seguinte dotação orçamentária: **Recurso Próprio**

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

020704 BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10 302 0004 2100 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC).

3.3.90.39.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Ficha 544

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

22.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

22.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

22.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

22.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato

22.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

22.1.12. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.13. Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



227.1.14. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens acima;

22.1.15. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos,

22.1.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

22.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

23.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

23.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

23.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

23.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

23.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

23.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

23.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

23.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

23.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

23.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;

23.11.3. ANEXO III – Documentação exigida para Habilitação;

Ji-Paraná, 22 de abril de 2024



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
SUPECOL



Eliane Teresinha Bassani
Agente de contratação/Pregoeira
Decreto nº 2902/2024



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação Emergencial de Empresa para Prestação de Serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa destinados a Central de Regulação de Urgência - CRU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Centro de Referência Especializado de Atenção materno Infantil - CREAMI.

1.2. A Contratação Emergencial de Empresa para Prestação de Serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa visa atender a seguinte unidade pertencente a esta Secretaria Municipal de Saúde, a saber:

ITEM	UNIDADE DE SAÚDE (LOCAL)
1	Central de Regulação de Urgência - CRU / SAMU 192 - Rua Sena Madureira Nº 99; Bairro São Pedro CNES 4052072.
2	Centro de Referência de Atenção Materno Infantil - CREAMI - Rua Cruzeiro do Sul 2713; Bairro Mario D. Andreazza CNES 6185142.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID REF.	QUANT.
01	TOTEM DE IDENTIFICAÇÃO DO SAMU 192, CONTENDO TRÊS FACES PROPORCIONAIS, MEDINDO: 65CM DE LARGURA X 350 CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM CHAPA DE ACM DE 2MM DE ESPESSURA NA PARTE INFERIOR E ACRÍLICO BRANCO LEITOSO COM ILUMINAÇÃO INTERNA DE 110V NA PARTE SUPERIOR, CONTENDO SÍMBOLO E LOGOTIPO DO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ENTRADA DE AMBULÂNCIA" DEVERÁ SER COM PELÍCULA REFLETIVA, DEVERÁ CONTER O BRASÃO E O NOME DO MUNICÍPIO, BRASÃO DO ESTADO E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NAS TRÊS FACES DA ESTRUTURA. ESTRUTURA INTERNA CONFECCIONADA COM	UNIDADE	01

	TUBOS DE FERRO MEDINDO 50MMX50MM, HASTE EM TUBO REDONDO DE 4" COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, OU SEJA, COM FOSFATIZANTE E CROMADO DE ZINCO.; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		
02	PLACA BANDEIRA CONFECCIONADA EM CHAPA METÁLICA, 0,60 DE LARGURA POR 0,50 DE ALTURA NA COR VERMELHO E LARANJA. ACOMPANHA TUBOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO PARA FIXAÇÃO NA PAREDE. VISTA DE FACE COM PELÍCULA ADESIVA REFLETIVA COM O SÍMBOLO E LOGOTIPO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ATENDIMENTO" DEVERÃO SER COM PELÍCULA REFLETIVA NA COR BRANCA. VISTA LATERAL COM FRISO EM METALON.	UNIDADE	02
03	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO CONFECCIONADA EM CHAPA METÁLICA COM 0,50 CM DE LARGURA POR 1 METRO DE ALTURA NA COR VERMELHA E LARANJA, COM PELÍCULA ADESIVA REFLETIVA, SÍMBOLO E LOGOTIPO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ATENDIMENTO" DEVERÃO SER COM PELÍCULA REFLETIVA NA COR BRANCA. ACOMPANHADO DE UM TUBO METÁLICO EM AÇO PARA FIXAÇÃO NO CHÃO NA COR CINZA OU PRETA, DE 2,20 DE ALTURA.	UNIDADE	02
04	FACHADA DE APRESENTAÇÃO PAINEL COM ESTRUTURA DE METALON, LONA DIGITAL E ACABAMENTO COM CANTONEIRAS DE ALUMÍNIO. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO FACHADA, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO À PROVA DÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 20 METROS DA FACHADA. DEVE ESTAR INCLUÍDA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE. COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	10
05	ADESIVO DE VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (1440DPI) DE LONGA DURAÇÃO COM LAMINAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLOTAGEM TRANSPARENTE, ALTA ADERÊNCIA, APLICÁVEL EM SUPERFÍCIES DIVERSAS, REMOVENDO PLOTAGENS PRÉ EXISTENTES. A APLICAÇÃO DA PLOTAGEM SERÁ	20	M2

IDENTIFICATIVA EM PAINÉIS PLANOS (VIDROS, PORTAS, PAREDE, JANELAS E FACHADAS) COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		
--	--	--

2. JUSTIFICATIVA:

2.1 Decorre que o município de Ji-Paraná fora contemplado através da portaria 420 de 23 de Fevereiro de 2018 a qual destina recurso de incentivo financeiro para construção e aquisição de material, mobiliário e equipamentos de rede e tecnológica de informática para a Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 12) do município de Ji-paraná, sendo o valor total de R\$ 474.765,21 (quatrocentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), bem como após a conclusão, será implantada 01 (uma) Unidade de Suporte Básico - USB, sendo composta por um condutor e um socorrista, e 01 (uma) Unidade de Suporte Avançado - USA, sendo composta por um condutor, um médico e um enfermeiro.

Após publicação da portaria supracitada, o município fora contemplado com o valor em epígrafe no mês de novembro do ano de 2021, sendo instaurado o feito administrativo 1-4839 para construção da Central de Regulação de Urgência, como fito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, vindo a ser expedida Ordem de Serviço no dia 21 (vinte e um) de dezembro de 2022, bem como conclusão da obra conforme Termo de Recebimento Provisório - TRP em 06 (seis) de abril de 2023.

Decorre que a obra supracitada, não fora contemplada com muro de proteção, sendo instaurado o feito administrativo 14146/2022 com fito de contratação de empresa especializada em construção de muro de muro da Central de Regulação de Urgência - CRU, o qual o qual fora concluído na primeira semana do presente mês.

Quanto a identidade visual da Central de Regulação de Urgência, fora deflagrado o feito administrativo 11460/2023 com fito de contratação de empresa especializada para prestação de serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa destinados a Central de Regulação de Urgência - CRU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Centro de Referência Especializado de Atenção materno Infantil - CREAMI, o qual fora licitado dia 31 (trinta e um) de janeiro do presente ano, através do Pregão Eletrônico 130/SUPECOL/PMJP/2023, o qual fora cancelado conforme decisão de anulação acostada ao ID 616790 pelo seguinte motivo: **ERRO (EQUIVOCO) NO SISTEMA COMPRASNET.**

Em tempo, vale ressaltar que durante o trâmite da construção da Central de Regulação de Urgência fora expedida portaria GM/MS Nº 4197 de 02 de dezembro de 2022, a qual revoga a

portaria 420 de 23 de fevereiro de 2018 a qual destinou recursos financeiros para construção, aquisição de materiais e mobiliário e equipamentos de tecnologia da informática e rede ao Serviço de Atendimento Móvel (SAMU 192), da Central Regional de Ji-Paraná (RO), que em seu artigo 2º traz:

Fica estabelecida a devolução de recurso financeiro de investimento da Central de Regulação das Urgências (CRU) de Ji-Paraná, no montante de R\$ 474.765,21 (quatrocentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos).

Após tratativas via telefone do Sr. Marcelo Barbisan de Souza, atual Secretário Municipal de Saúde com a Sra. Nicole, técnica responsável pela Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde, ficou definido visita técnico in loco para vistoria e avaliação da obra da Central de Regulação de Urgência - CRU / SAMU192, a qual acontecerá dia 12 (doze) de março do presente ano.

Em virtude da anulação do Pregão Eletrônico 130/SUPECOL/PMJP/2023 bem como o agendamento de visita técnica IN LOCO da equipe do Ministério da Saúde agendada para o dia 12 (doze) de março conforme email em anexo, torna-se a contratação em modo emergencial para sanar as pendências e evitar devolução do recurso ***no montante de R\$ 474.765,21 (quatrocentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos)***, conforme portaria GM/MS Nº 4197 de 02 de dezembro de 2022.

3. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para o fim do disposto no art. 16 II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e para efeito da realização da aquisição, a despesa decorrente do processo tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo constatada a existência de dotação orçamentária para o exercício de 2024, conforme abaixo discriminado:

10 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02 PODER EXECUTIVO

0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

020704 BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

10 SAÚDE

152 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL

10 302 0004 UMA NOVA SAÚDE PARA JI-PARANÁ

10 302 0004 2100 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (MAC).

3.3.90.39.00 SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

4. DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Art. 95. O Instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

Sendo assim, a contratação será formalizada através da nota de empenho, pois a entrega e instalação será imediata e não haverá parcelamento de entrega e nem obrigação futura.

5. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 Os objetos da presente contratação deverão ser entregues instalados nos seguintes locais:

- Central de Regulação de Urgência - CRU / SAMU 192 - Rua Sena Madureira Nº 1718; Bairro São Pedro CNES 4052072.
- Centro de Referência de Atenção Materno Infantil - CREAMI - Rua Cruzeiro do Sul 2713; Bairro Mario D. Andreazza CNES 6185142.

Referência ao Sr. Marcel Leme Cristaldo através do contato 69 99243-1226.

6. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os materiais serão recebidos conforme art. 140 da Lei 14.133/2021;

I - Em se tratando de compras:

- a. provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Os objetos da presente contratação poderão ser rejeitados, no que ou em parte, quando estiverem em desacordo com o solicitado.

7. FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

7.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2 a data da emissão;

7.3.3.os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4.o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da , o pagamento na despesa ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-seá após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

7.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios on-line eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão

ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua , por notificação escrita, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.7.1 Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para análise por parte da contratante de eventuais requerimentos;

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.14.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.15. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.16. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Fornecer os materiais nas condições estipuladas, no prazo e local indicados pela Secretaria Municipal de Saúde em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.3 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, corrigir ou reparar, às suas expensas o serviço/materiais com avarias ou defeitos, ou que não atendam às exigências previstas no Edital e/ou Proposta;

8.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente aquisição;

8.5 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do material, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na Proposta;

8.7 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9. GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1 O prazo de garantia dos serviços de manutenção prestados durante a vigência do Contrato deverá ser de 12 (doze) meses após seu término.

9.2 Para os materiais empregados na execução dos serviços deverá ser observada a garantia do fabricante.

9.3 A contratada garantirá a execução dos serviços de instalação que apresentarem defeitos pelo período de 12 (doze) meses, sem ônus para o contratante a contar da data de recebimento definitivo.

9.4 A contratada obriga-se a corrigir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sem ônus para o contratante, os serviços que, após a entrega e aceite, venham a apresentar defeitos durante o prazo de garantia estipulado acima.

9.5 Ficará a cargo da contratada a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos aos locais necessários, pela retirada e entrega dos serviços, assim como pelas despesas de transportes, frete e seguros correspondentes.

10. VISTORIA

10.1 Fica facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná para melhor elaboração de sua proposta, mediante prévio agendamento com o setor competente pelo e-mail semusagab@gmail.com, no horário de 8h às 18h, com no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública.

10.2 Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições e do local de execução dos serviços.

11. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

11.1 A fiscalização será exercida por servidores da secretaria Municipal de Saúde SEMUSA, formalmente designados através de portaria a ser elaborada posteriormente e publicada com fiscal e suplente para o acompanhamento da contratação e entrega dos produtos, bem como para atestar o recebimento;

11.2 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

11.3 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

11.4 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis;

11.5 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

11.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Saúde, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

11.7 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

11.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

11.9 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

11.10 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução

ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h)apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i)fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; j)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k)praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

l)praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1.Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); o de Referência - PB-Projeto Básico 54/2023 Termo de Referência Aquisição de Letreiro e Totem (30501941) SEI 08059.001058/2 UASG 200406 Termo de Referência 54/2023 Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 9 de 10.

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

12.2.4.Multa: (1) moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias; (2) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a Promover a rescisão do contrato. (3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

12.4.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as caput penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

a) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

b) a natureza e a gravidade da infração cometida;

c) as peculiaridades do caso concreto;

d) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

e) os danos que dela provierem para o Contratante;

f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13- Da extinção Contratual

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14. - ANEXOS:

Faz parte deste Termo de referência;

- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - E.T.P. ([ID 659585](#)) Ji-Paraná/RO, 26 de fevereiro de 2024.

De acordo/Autorizo:

MARCELO BARBISAN DE SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

Decreto n.0171/GAB/PM/JP/20

Elaborado por:

Marcel Leme Cristaldo

Matrícula: **98792**

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149

Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MARCEL LEME CRISTALDO, ENFERMEIRO - 40H - SAU**, em 26/02/2024 às 17:40, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BARBISAN DE SOUZA, SECRETARIO (A) MUNICIPAL DE SAUDE**, em 27/02/2024 às 08:42, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **670317** e o código verificador **AAFDD382**.

Referência: [Processo nº 1-1666/2024](#).

Docto ID: 670317 v1



ANEXO II
MODELO-PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL
(Dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PROCESSO Nº 1-1666/2024 - SEMUSA.

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Especializados para Confecção e Instalação de Fachadas Externas, Totens, adesivos para contemplação do credenciamento do programa destinados a Central de Regulação de Urgência - CRU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e Centro de Referência Especializado de Atenção materno Infantil - CREAMI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Ao (À)
Pregoeira e Equipe de Apoio – PMJP-RO.

Prezados Senhores,

Apresentamos abaixo nossa **PROPOSTA DE PREÇOS** para aquisição acima descrita, pelo preço global fixo e irrevogável de R\$_____ (_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	V. UNT. ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
1.	TOTEM DE IDENTIFICAÇÃO DO SAMU 192 , CONTENDO TRÊS FACES PROPORCIONAIS, MEDINDO: 65CM DE LARGURA X 350 CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM CHAPA DE ACM DE 2MM DE ESPESSURA NA PARTE INFERIOR E ACRÍLICO BRANCO LEITOSO COM ILUMINAÇÃO INTERNA DE 110V NA PARTE SUPERIOR, CONTENDO SÍMBOLO E LOGOTIPO DO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ENTRADA DE AMBULANCIA" DEVERÁ SER COM PELÍCULA REFLETIVA, DEVERÁ CONTER O BRASÃO E O NOME DO MUNICÍPIO, BRASÃO DO ESTADO E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NAS TRÊS FACES DA ESTRUTURA. ESTRUTURA INTERNA CONFECCIONADA COM TUBOS DE FERRO MEDINDO 50MMX50MM, HASTE EM TUBO REDONDO DE 4" COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO,	UND	1	14.500,00	14.500,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
SUPECOL



	OU SEJA, COM FOSFATIZANTE E 2CROMADO DE ZINCO.; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
2.	PLACA BANDEIRA CONFECCIONADA EM CHAPA METÁLICA, 0,60 DE LARGURA POR 0,50 DE ALTURA NA COR VERMELHO E LARANJA. ACOMPANHA TUBOS METÁLICOS EM AÇO CARBONO PARA FIXAÇÃO NA PAREDE. VISTA DE FACE COM PELÍCULA ADESIVA REFLETIVA COM O SÍMBOLO E LOGOTIPO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ATENDIMENTO" DEVERÃO SER COM PELÍCULA REFLETIVA NA COR BRANCA. VISTA LATERAL COM FRISO EM METALON.	UND	2	690,00	1.380,00
3.	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO CONFECCIONADA EM CHAPA METÁLICA COM 0,50 CM DE LARGURA POR 1 METRO DE ALTURA NA COR VERMELHA E LARANJA, COM PELÍCULA ADESIVA REFLETIVA, SÍMBOLO E LOGOTIPO SAMU 192. A "SETA" E O TEXTO "ATENDIMENTO" DEVERÃO SER COM PELÍCULA REFLETIVA NA COR BRANCA. ACOMPANHADO DE UM TUBO METÁLICO EM AÇO PARA FIXAÇÃO NO CHÃO NA COR CINZA OU PRETA, DE 2,20 DE ALTURA.	UND	2	765,00	1.530,00
4.	FACHADA DE APRESENTAÇÃO PAINEL COM ESTRUTURA DE METALON, LONA DIGITAL E ACABAMENTO COM CANTONEIRAS DE ALUMÍNIO. ILUMINAÇÃO COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO (RELÉ FOTOELÉTRICO) COMPOSTA POR 2 REFLETORES DE LED 50W (MÍNIMO DE 4500 LÚMENS CADA), SENDO UM PARA CADA LADO DO FACHADA, FIXADOS NA PARTE SUPERIOR	M2	10	565,00	5.650,00



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
SUPECOL



	DO MESMO, LUZ BRANCA FRIA, COM PROTEÇÃO A PROVA DÁGUA (IP66) COM HASTES METÁLICAS (COM APLICAÇÃO DE PRIMER ANTICORROSÃO E PINTURA EPÓXI PRETA) DE ATÉ 1,5 M SOLDADAS NA PLACA PARA SUPORTE DOS REFLETORES. TODOS OS ACESSÓRIOS, SUPORTES, FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA INCLUÍDOS, DE FORMA COM QUE OS FEIXES DE LUZ FIQUEM DIRECIONADOS PARA O TEXTO/LOGO DA PLACA. DEVEM ESTAR INCLUSOS FIAÇÃO, ELETRODUTOS METÁLICOS (OU PLASTICHUMBO) E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO E LIGAÇÃO ELÉTRICA EM FONTE DE ENERGIA DISTANTE ATÉ 20 METROS DA FACHADA. DEVE ESTAR INCLUSA TODA A INSTALAÇÃO DA PLACA E SUA ILUMINAÇÃO, CONTENDO TODOS OS RECURSOS, SERVIÇOS E PEÇAS NECESSÁRIOS A PLENA INSTALAÇÃO, COM SEGURANÇA E QUALIDADE. COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
5.	ADESIVO DE VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (1440DPI) DE LONGA DURAÇÃO COM LAMINAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLOTAGEM TRANSPARENTE, ALTA ADERÊNCIA, APLICÁVEL EM SUPERFÍCIES DIVERSAS, REMOVENDO PLOTAGENS PRÉ EXISTENTES. A APLICAÇÃO DA PLOTAGEM SERÁ IDENTIFICATIVA EM PAINÉIS PLANOS (VIDROS, PORTAS, PAREDE, JANELAS E FACHADAS) COM ARTE À SER DEFINIDA POSTERIORMENTE PELA SECRETARIA; COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	M2	20	125,00	2.500,00



VALOR ESTIMADO R\$.....25.560,00

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública da DISPENSA DE LICITAÇÃO.

02. DADOS BANCÁRIOS: (o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento, onde será creditado o pagamento 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura).

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Aviso de Dispensa, relativos a dispensa de licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/201, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos porventura existentes, bem como que entregar o objeto de acordo com as especificações técnicas deste aviso.

(Local), de

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



ANEXO III DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.3. Certidão de regularidade de tributos e contribuições federais (Seguridade Social - Conforme Lei nº 8.212/91), administrados pela Secretaria da Receita Federal;

1.4. Prova de regularidade com a fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da licitante;

1.5. Prova de regularidade com a fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da licitante;

1.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, conforme Lei nº 8.036/90);

1.7. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei nº 12.440/11;

1.8. Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, ou quando não constar o prazo de validade, que esteja datada dos últimos 90 (noventa) dias, antes da data de abertura deste certame

2. Documentação Relativa à Qualificação Jurídica:

2.1. Inscrição junto ao Credenciamento Regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF

2.2. Ato constitutivo e respectivas alterações, no caso de sociedade civil, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da diretoria em exercício;

2.3. Cédula de Identidade dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário da empresa, ou do representante legal da empresa.

3. Documentação Relativa à Qualificação Técnica:

3.1. **Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante**, emitido(s) **por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, onde comprove aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.